

**A MEMÓRIA MATOGROSSENSE SOBRE DO PERÍODO DO FLUXO
MIGRATÓRIO NA DÉCADA DE 70:
A ARQUITETURA DE MADEIRA E A RELAÇÃO DE IDENTIDADE.**

Priscila Waldow*

RESUMO

O presente artigo pretende analisar a arquitetura de madeira como lugar de memória do período da Colonização da Fronteira Agrícola, a partir do Plano de Integração Nacional (PIN), decretado no ano de 1970 no Governo Médici. Selecionamos o recorte de três cidades: Tangará da Serra, Lucas do Rio Verde e Brasnorte, e a partir dados, registros históricos e bibliográficos, observaremos o contexto histórico-social em que as construções em madeira foram erigidas, propondo uma análise da identidade cultural dos indivíduos com esse patrimônio histórico que testemunha o momento de ocupação dessas cidades.

Palavras-chave: Colonização, memória, patrimônio.

INTRODUÇÃO

A pós-modernidade é um campo de definições dissolutas e diversidade de abordagens, para Jenkins (2001) esse cenário trata da liberdade de proporcionar interpretações históricas, onde permeia-se uma necessidade de constante redescrição e ressignificação. Nesse contexto associa-se o comportamento humano que dentro dos fenômenos desta contemporaneidade se estabelece num conjunto de relações interculturais e intraculturais.

A intensidade das interações étnicas e culturais por vezes se infere como campos de ambiguidade na esfera da memória coletiva no que tange as tradições das comunidades.

O que aqui propõem-se analisar, é o cenário do período da colonização das cidades mato-grossenses durante a Política de Integração Nacional (PIN) em 1970, que almejava a ocupação e expansão da fronteira agrícola para a região amazônica, que resulta em um intenso fluxo migratório para o estado. A análise se concentra num recorte de três cidades: Tangará da Serra, Lucas do Rio Verde e Brasnorte, partindo de uma observação da relação da identidade

* Arquiteta e Urbanista pela Universidade do Estado de Mato Grosso, mestranda em História pela Universidade Federal de Mato Grosso, integra o grupo de bolsista da CAPES.

cultural das comunidades com os edifícios de madeira que foram erigidos durante a colonização, considerando que estes são bens culturais que carregam um testemunho da história local. Verificaremos a questão da orientação histórica e sua relação com a memória coletiva e com o patrimônio material expresso na arquitetura das primeiras construções em madeira, numa abordagem que tange as questões da identidade e educação patrimonial das comunidades.

Atualmente está cada vez mais em voga, práticas e políticas que institucionalizam a preservação e difusão da memória coletiva, que de acordo com Pacheco (2010, p.144), pode ser definida como parte das grandes questões das sociedades desenvolvidas e das sociedades em vias de desenvolvimento, das classes dominantes e das classes dominadas, lutando todas pelo poder ou pela vida, pela sobrevivência e pela promoção.

A RELAÇÃO DA EDUCAÇÃO COM O PATRIMÔNIO

No caso das cidades de Tangará da Serra, Lucas do Rio Verde e Brasnorte colonizadas desde meados da década de 70, o desafio é propor o que o Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (IPHAN) define como Processos Educativos, ou seja, um diálogo permanente entre os agentes culturais e sociais e pela participação efetiva das comunidades detentoras e produtoras das referências culturais, que convivem diversas noções de Patrimônio Cultural, de modo que o indivíduo possa assenhorar-se de seu passado em uma via de identificação com a sua cultura material expressa pela sua arquitetura (IPHAN, 2014, p 19).

Desta maneira, utilizaremos as noções de Educação patrimonial, a qual se define como uma proposta interdisciplinar de ensino, voltada para a valorização e conservação do patrimônio histórico-cultural. Um esforço que busca fortalecer a interação social, e trazer a memória cultural como componente de construção de identidades (ROCHA, 2012). Essa valorização do patrimônio e seus bens culturais esta sentenciada aos fatores que atuam em um processo de identificação das comunidades que devem se reconhecer em determinada história e cultura.

Andrade (2009, p.14) define como *pioneiros* um grupo de pessoas cuja memória é valorizada, por serem participantes do processo de colonização, esses colonos são depositários

da memória da cidade, e faz menção à Le Goff (1996) no que o autor define como homens memória, contemporâneos e participantes do processo de fundação da cidade.

Por isso, de acordo com os conceitos para a Educação Patrimonial delineado pelo IPHAN (2014, p.37), é imprescindível que na formulação e participação de ações educativas, a comunidade esteja diretamente envolvida em sua elaboração, a fim de propor uma construção coletiva do conhecimento, identificando a comunidade como produtora de saberes que reconhecem suas referências culturais inseridas em contextos de significados associados à memória social do local.

Seguindo a proposição de Mattozzi (2009, p.135), as relações do indivíduo com os bens culturais, são fundamentais na experiência de aprendizagem. Esse contato produz informação, leva a orientação e promove a educação por meio do conhecimento do passado. Pode ser promovido à comunidade por meio de atividades socioeducativas, no entanto essas mobilizações geralmente demandam demasiado esforço para que se alcance uma participação popular expressiva.

As políticas de integração nacional e o fluxo migratório para o oeste

Desde a década de 1940 durante o Governo Vargas, esforços começaram a ser feitos no sentido de promover a ocupação demográfica do Oeste e Norte do país, a então nomeada “Marcha para o Oeste”. Apesar de não ter sido criada na ditadura militar, serviu de inspiração ao Governo Médici e Geisel, como propaganda popular desse regime governamental, responsável por sustentar práticas significativas à ocupação das áreas da Amazônia Legal. Muitos incentivos não saíram do papel, custando a vida de muitos migrantes, que sem qualquer estrutura se aventuraram a desbravar as florestas rumo ao norte do país e pereceram por falta de assistência básica e de saúde.

No intuito de criar programas para incentivar a colonização, foram criados na década de 60, órgãos com a finalidade de planejar e coordenar os trabalhos de colonização. Em 27 de outubro de 1966, o então Presidente da República Castelo Branco cria a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia – SUDAM, a partir da extinção da Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia – SPVEA.

De acordo com Pichinin (2007, p.71), outro fator histórico importante que viabilizou o processo de ocupação do Oeste e Norte foi à inauguração de Brasília em 1960, que motivou a criação de grandes eixos rodoviários ligando Belém a Brasília (Norte-Sul), Cuiabá a Porto Velho e a Santarém (Sul-Norte-Oeste e Sul-Norte) que deveriam impulsionar a ocupação demográfica e o desenvolvimento econômico espontâneo.

No ano de 1970, durante o governo Médici, é elaborado o Plano de Integração Nacional (PIN), um audacioso projeto onde o governo pretendia construir 15 mil quilômetros de rodovias na região amazônica. O intuito era buscar a expansão da fronteira econômica para o Norte, aproveitando a região amazônica, correspondente à 42% da área do território nacional, um extenso e rico território até então pouco explorado. O PIN foi instituído pelo Decreto-lei número 1.106 em 16 de junho de 1970 e tinha como principais objetivos:

- 1) Deslocar a fronteira econômica, e, notadamente, a fronteira agrícola, para as margens do rio Amazonas [...];
 - 2) Integrar a estratégia de ocupação econômica da Amazônia e a estratégia de desenvolvimento do Nordeste [...];
 - 3) Criar as condições para a incorporação à economia de mercado [...] de amplas faixas de população antes dissolvidas na economia de subsistência [...];
 - 4) Estabelecer as bases para a efetiva transformação da agricultura da região semi-árida do Nordeste;
 - 5) Reorientar as emigrações de mão-de-obra do Nordeste, em direção aos vales úmidos da própria região e à nova fronteira agrícola;
 - 6) Assegurar o apoio do Governo Federal ao Nordeste, para garantir um processo de industrialização tendente à auto-sustentação [...].
- (BRASIL, 1970, p 31)

Várias campanhas publicitárias financiadas pelo Governo Federal no governo Médice, buscavam atrair pequenos e médios lavradores do Sul e Sudeste para o Norte e Oeste. Sob o lema “INTEGRAR PARA NÃO ENTREGAR”, um slogan repleto de significações: de um lado, ele reflete a velha preocupação de sucessivos governos pela posse efetiva do território amazônico, antes que grupos estrangeiros, guerrilheiros de países de fronteira e outros fantasmas ocupassem a região; por outro lado, tanto o Governo de Getúlio Vargas e seus sucessores, quanto os governos militares, estiveram imbuídos pela compreensão da Amazônia como área-problema (MORBACH, 2001). Ocupar essa região era mais que uma estratégia populista para promover oportunidades ao homem do campo, era uma iniciativa nacionalista de proteger o território brasileiro por meio da ocupação e do trabalho.

O Brasil vivenciava em meados da década de 1970 segundo Kempa (2007, p.21), a acentuação de problemas sociais como o êxodo rural, o desemprego, a mecanização de

processos industriais e agrícolas, isso forçou um processo de fluxo migratório em busca de novas oportunidades. Diante desse cenário, o Governo Federal visualizava nesta situação uma possibilidade para suprir a necessidade de ocupação das fronteiras Amazônicas, em contrapartida, vai de encontro ao anseio da população com poucas oportunidades de emprego, que se identificavam com o trabalho no campo e que buscavam uma vida melhor e mais próspera.

As propagandas para a ocupação dos “espaços vazios” no centro do país, eram muito sedutoras, pois iam ao encontro com as necessidades de determinada comunidade (trabalhadores rurais que estavam em êxodo dos campos, vítimas da substituição do trabalho humano pela mecanização), apontavam um caminho possível para o desenvolvimento por meio da atividade agrícola.

O que se buscava prioritariamente, era expandir a fronteira econômica rumo a região norte, no intuito de promover a ocupação da região amazônica, que correspondia na época à 42% do território nacional. Apesar de seu grande potencial econômico, a região amazônica era pouco explorada, sua economia baseava-se na extração da borracha, minerais e madeira, no entanto representavam apenas 2% do produto interno bruto.

Em Tangará da Serra, no primeiro momento de ocupação, durante a década de 60, a maior parte dos imigrantes vinham dos estados de Minas Gerais e São Paulo (OLIVEIRA, 2012, p. 60). Já na década de 70, quando as cidades de Brasnorte e Lucas do Rio Verde começam a ser ocupadas, Tangará da Serra recebe um forte fluxo de migrantes vindos do sul do país, boa parte deles do estado do Paraná.

O estado do Paraná sofreu os impactos da modernização no aumento do desemprego e o acelerado processo do êxodo rural, especialmente na década de 70 com o fim das lavouras de café, cultura mantida pela agricultura família. Nesse cenário de conflitos sociais, o governo volta incentivos para motivar os trabalhadores rurais sem emprego e sem terra a adentrar as florestas no Oeste e Norte do país rumo às condições favoráveis à uma vida próspera e com oportunidades promissoras (KEMPA, 2007, p. 21):

A grande maioria das pessoas participantes do processo de ocupação da Amazônia embrenhou-se na floresta em busca de um sonho, de um desejo de ter uma vida melhor ou diferente da que viviam no lugar de origem. Todo desenvolvimento produzido pelas pessoas que migraram para o oeste não é um ato heroico e sim um processo na busca da satisfação de uma necessidade própria [...] Não há heróis e sim homens e mulheres dispostos a superar situações de dificuldades que surgem quando tomamos parte num

processo de transformação de nossa própria vida diante de uma nova fronteira.

À medida que o fluxo migratório ganhava força, glebas eram fundadas e essas rapidamente se tornavam distrito, que aos poucos seriam rapidamente transformados em municípios. Essa rapidez em emancipar as glebas estava diretamente ligada ao interesse financeiro das colonizadoras, pois estando legalmente fundados os municípios, o ônus da manutenção desses locais passa a ser tornar um problema da administração pública municipal e não mais das colonizadoras (KEMPA, 2007, p.33).

Kempa (2007, p.48) evidencia a necessidade que as glebas tinham de serem elevadas à Distrito para acessar recursos públicos básicos como a educação:

A primeira missão da Comissão Representativa, era garantir a instalação de uma Escola regular, para atender aos filhos dos “colonos”. No entanto, para a criação da escola, era necessária a criação do Distrito de Brasnorte. Uma medida necessária para a obtenção de serviços públicos de direito da população em geral, independentemente de sua condição financeira. Daí a importância de se saber o número de eleitores existentes na região.

A memória do “pioneirismo mato-grossense”: a arquitetura de madeira

No período do fluxo migratório que se inicia na década de 60 e se intensifica na década de 70, dezenas de glebas foram sendo fundadas ao longo do norte mato-grossense, parte delas coordenadas e geridas pelo poder público, através do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), outras por colonizadoras privadas que adquiriam as terras da união, as loteavam e vendiam. Municípios como Tangará da Serra, Brasnorte e Lucas do Rio Verde, tiveram seu processo de ocupação durante esse período e manifestaram a mesma técnica construtiva nesse primeiro período: a consolidação das moradias construídas em madeira.

Tratava-se de um momento de muitas limitações, evocado pela memória coletiva dos migrantes como tempos de luta e muito trabalho. As dificuldades logísticas para o abastecimento do mercado local, as doenças tropicais, a exemplo da forte febre que assolou e dizimou parte do povo de Tangará da Serra na década de 70, tornavam o processo de ocupação uma abstrusa tarefa.

As famílias não estavam preparadas para tamanha adversidade, pelo contrário, muitas aceitaram o desafio de ocupar os “espaços vazios” do Centro Oeste, motivadas pelas

promessas que o governo destinaria investimentos para fomentar a produção agrária e viabilizaria a infraestrutura do sistema viário integrando o estado por meio de rodovias que facilitariam a mobilidade comercial com o sul e sudeste do país (KEMPA, 2007, p.33).

Dá-se início então um processo de ocupação ostensivamente promovido pelas colonizadoras privadas, que adquiriam as terras da união por valores insignificantes, demarcando-as, e loteando as áreas a serem urbanizadas bem como os lotes rurais. Os colonos passavam por uma etapa de seleção, onde um dos critérios avaliados seria a disponibilidade de uma reserva financeira que garantisse a sustentação de seu futuro empreendimento (BARROZO, 2008, p. 23).

Com a necessidade urgente de firmar moradia nas glebas recentes, as famílias dos migrantes começam a ocupar os loteamentos urbanos, construindo suas casas, em grande maioria utilizando como técnica construtiva a madeira.

A madeira era um material abundante nas áreas que estavam sendo colonizadas, retirada das matas locais e dos lugares que estavam sendo descampados. Mais do que isso, era possível construir com rapidez e baixo custo, sanando a necessidade urgente de habitar das famílias migradas.

Por ser associada a um material conveniente às construções provisórias, geralmente a construção em madeira é associada preconceituosamente como de baixa qualidade. Para Bitencourt (1995) apud Adrião (2012, p.29) essa imagem negativa da construção em madeira pode ter origem no desconhecimento das técnicas possíveis, gerando construções improvisadas, de baixo desempenho e que não atendem adequadamente exigências do usuário. Essa técnica construtiva, de fácil execução, induz a uma falsa ideia de “simplicidade construtiva” levando muitas vezes, pela falta do conhecimento da tecnologia, ao uso inadequado da madeira.

No contexto das edificações do período da colonização, embora algumas casas ainda resistam ao tempo e as intempéries, a falta de tratamento adequado dessa madeira, ou de técnicas que a protegessem da umidade, por exemplo, pode se tratar de um fator relevante para a substituição desses edifícios ao longo dos anos, devida a deterioração e/ou má conservação da madeira.

A memória dos tempos de colonização de Tangará da Serra, tempo parece não se fixar na arquitetura, mas sim aos espaços públicos, como ruas avenidas e praças. Isso se dá em virtude do caráter tosco e efêmero das primeiras edificações, que eram construídas conforme a

necessidade de habitar em detrimento das condições financeiras restritas de boa parte dos migrantes. Embora o discurso do pioneirismo embale a memória coletiva, a arquitetura desse período, não é saudada como patrimônio da cultura material por atribuir-se a ela um caráter provisório, como afirma Andrade (2009, p.104).

É por isso que o toco do passado, das primeiras edificações e do esboço de organização urbana não é objeto de saudade, O discurso do pioneirismo não deixa lugar para o saudosismo dando um sentido sempre evolutivo onde o passado deve ser substituído por algo novo e mais moderno. Talvez seja comum a núcleos urbanos, como o de Tangará da Serra, inicialmente com características semi-rurais, que a memória não se materialize na arquitetura urbana, fazendo dela um lugar para si. Essa arquitetura não serviu como suporte onde a memória pudesse fixar-se.

Em cidades como Tangará da Serra e Lucas do Rio Verde, diversas casas de madeira ainda resistem ao tempo, algumas ainda próximas às áreas centrais, no entanto o que se observa é que em uma análise genérica, a população não tem uma relação de afetividade por esses edifícios como constituidores de sua identidade e testemunho de sua história. Não os reconhecem, no entanto, por falta de iniciativas que proponham a informação à comunidade como ferramenta para educação patrimonial.

O historiador Carlos Edinei de Oliveira, coordenador da Sala de Memória¹ de Tangará da Serra, fala sobre os lugares de memória da cidade, onde a partir de análises das imagens do acervo, podemos observar construções em muitas construções em madeira, boa parte delas edificadas na década de 70, que, no entanto, não existem mais. Segundo ele, isso se dá por que há uma relação dos grupos sociais com esses lugares de memória, onde se selecionam o que deve ser conservado bem como o que deve ser esquecido.



¹ A Sala de Memória de Tangará da Serra foi criada pela Lei Municipal nº 3.103 de 14 de abril de 2009 e está vinculada à Secretaria de Educação e Cultura, dispõe de um acervo iconográfico bastante significativo, com cerca de 2.500 imagens, bem como de materiais e documentos históricos doados pela comunidade.

Imagem 3: Prefeitura e Câmara Municipal de Tangará da Serra Igreja Católica
Fonte: SEMEC – Tangará da Serra



As casas construídas em Tangará da Serra nas décadas de 1960 e 1970, eram em sua maioria construídas em madeira. Nesse período grande parte dos colonos paulistas, mineiros e outros, improvisavam suas moradias assim que chegavam. Esses primeiros abrigos eram denominados por eles de rancho, até construírem as casas definitivas. (OLIVEIRA, 2012, p. 60).

A abundância de madeira de lei como o cedro, araputanga entre outros, viabilizava a construção de casas com esse material que segundo Oliveira (2012, p. 61), eram usados como barganha para a aquisição do lote rural, de modo que alguns madeireiros construíam a casa para o comprador de um lote rural, em troca da exploração de parte dos recursos vegetais dessa terra adquirida.

De acordo com Oliveira (2012, p.61) a arquitetura das casas tangaraenses no período da década de 70, não expressavam um caráter construtivo padrão. Geralmente eram construídas em formato retangular ou quadrado, cobertas grande parte por tabuinhas de madeira, ou por folhas de Eternit, poucas cobertas com telhas de cerâmica do tipo francesa, telhados em formato quatro águas para telha cerâmica e geralmente duas águas para telhados com Eternit. Os cômodos da casa eram compostos por quartos, sala e cozinha, cujas dimensões se davam de acordo com o tamanho da família, número de filhos, ou para separar “filhos homens das filhas mulheres”. Em raras exceções, haviam um quarto destinado a cada membro da família.

O município de Brasnorte, colonizado no período de 1979 a 1982, vivenciou em seu processo de ocupação, o mesmo problema que as demais cidades mato-grossenses colonizadas desde a década de 70: a falta de matéria prima para a edificação das casas da população recém chegada. Em um primeiro momento, estendem-se lonas para montar barracos provisórios enquanto as famílias aguardam para adquirir as tábuas que estavam sendo massivamente extraídas das florestas nos arredores. Havia abundância de matéria

prima, o que não se tinha era a capacidade de beneficiamento da madeira para suprir tamanha demanda do mercado local (KEMPA, 2007: p.37 e 38):

As casas eram construídas de forma simples, algumas construções eram um pouco mais elaboradas. A dificuldade de se encontrar materiais para construção se dava devido isolamento do local. Telhas, pregos, ferramentas e outros materiais vinham de Tangará da Serra ou Cuiabá [...]

A madeira era um material abundante no território de Brasnorte, que mantém até os dias de hoje a atividade de extração e beneficiamento de madeira como parte de sua economia. Tal abundância dessa matéria prima era tomada como peça de marketing da colonizadora, que buscava mostrar a quão rica e promissora era a região.

A imprensa foi um recurso explorado pela colonizadora de Cascavel-PR para difundir o projeto e atrair pessoas para a região na promessa de uma terra próspera. As propagandas deixavam claro que a madeira abundante poderia ser o primeiro meio de obter lucro para os novos moradores. Kempa (2007, p.28) concorda em parte com esse discurso no que diz respeito à quantidade da matéria prima disponível, no entanto problematiza o fato de não haver esforços ou incentivos na implantação de serrarias, que garantiria o comércio do material para atender a demanda local e para distribuição e exportação para demais regiões. E é devido não haver uma estrutura adequada à demanda, que os primeiros colonos se viram obrigados a abrigar-se por vários meses em barracos de lona, até conseguirem adquirir as tábuas para construir as primeiras casas de madeira em Brasnorte.



Imagem 6: Folder de Propaganda distribuído pela Colonizadora e Folha de Londrina, Paraná, do dia 25 de março de 1979

Fonte: Kempa, 2007

No caso do município de Brasnorte, até os dias atuais, muitas casas de madeira construídas no período de sua colonização, ainda mantêm-se conservadas e em uso. Com o gradativo fortalecimento do comércio e serviço local e seu crescimento demográfico, observa-se a consolidação de novos edifícios no centro e em seu entorno. Aos poucos, na medida em que a especulação financeira vai tomando força e orientando o mercado imobiliário, as antigas casas de madeira vão sendo substituídas, dando lugar aos edifícios de alvenaria e de linguagem arquitetônica mais contemporânea.

No entanto, Brasnorte conserva ainda técnica construtiva, até o presente, ainda há casas sendo construídas em madeira, isso se deve a dois fatores: o fator econômico e cultural. A cidade possui parte de sua economia no extrativismo da madeira, sendo um importante comercializador para o estado, e demais regiões do país. Quanto ao fator cultural, a cidade ainda possui boa parte de sua população de descendência sulista, os quais se identificam com o caráter do edifício de madeira, sem considerar este material como algo provisório, pouco resistente, entre outros aspectos sócio-culturais, como atribuir a madeira como um material

destinado a casas apenas de pessoas baixa renda. Muitas famílias abastadas da cidade ainda habitam em casas desse material.

Para analisar aspectos da memória e do patrimônio das cidades de Brasnorte e Tangará da Serra, partimos de uma observação socioeconômica como fator relevante de identidade dos indivíduos com sua história, admitindo que cidades com crescimento demográfico mais intenso, possuam um desafio maior quanto a garantir a perpetuidade de sua memória coletiva, onde há uma concentração maior da população transitória e moradores recentes que não se relacionem afetivamente com a história local, e na ausência de ações que promovam a educação patrimonial, esses indivíduos consequentemente não se identificarão nessa história.

Nesse sentido é possível identificar uma dinâmica muito distinta de crescimento e desenvolvimento, embora Tangará da Serra tenha seu processo de colonização se intensificado no ao final da década de 60, enquanto Brasnorte inicia esse processo já em 1979. No entanto, Tangará da Serra ao passar do tempo se sobressai não apenas em quantidade demográfica, mas também com uma economia comercial e de serviços fortalecidos, isso devido à sua posição geográfica favorável (proximidade com a capital do estado 240 km), que também a configura como polo da microrregião, cujas atividades econômicas servem a vários municípios da redondeza.

Segundo dados do IBGE, Tangará da Serra possui uma população estimada para o ano de 2015 de 94.289 habitantes, Lucas do Rio Verde com 57.285 e Brasnorte com 17.815 habitantes. Lucas do Rio Verde está entre as cidades mais prósperas do país, com sua economia fortalecida no agronegócio e na indústria diretamente ligada ao setor, representa a cidade que mais produz grãos no Brasil, e segundo dados da Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde, em 13 anos a cidade teria quase triplicado seu número de habitantes. Tangará da Serra está posicionada estrategicamente em sua microrregião, servindo com comércio, serviços e saúde às cidades que como Campo Novo dos Parecis e Sapezal, que tem sua economia fortalecida no agronegócio. Segundo dados da Prefeitura Municipal de Tangará da Serra, sua economia está estratificada na indústria (6%), comércio (35,8%) e serviços (56,6%), totalizando 4.108 empresas ativas. Brasnorte concentra suas atividades comerciais também no agronegócio, com menos expressividade que Tangará da Serra e Lucas do Rio Verde.

Devido ao próspero processo de desenvolvimento, Tangará da Serra parece se desfazer muito mais rápido dos edifícios que testemunharam a história de sua ocupação, em vistas à cidade de Brasnorte.

Outro fator relevante quanto à colonização de Brasnorte, é que devido à sua posição geográfica, distante de Tangará 360 km e de Cuiabá 575 km, os recursos para dar suporte a esse processo de consolidação do perímetro urbano como materiais de construção e mantimentos, eram escassos. Por isso, as habitações provisórias, os barracos de lona, tomam conta do cenário nesse primeiro momento da chegada dos migrantes (1979), enquanto as famílias aguardam a oferta da madeira beneficiada para atender suas demandas. Nesse momento, conseguir edificar uma casa de madeira já era símbolo de uma vida melhor, como descreve Kempa (2007: p.37):

O sonho maior não era ter uma casa de madeira, era o de ter um lar, O desejo de ter uma vida melhor, mais ampla, com maiores possibilidades do que aquela que nós tínhamos (...) Havia a possibilidade de um crescimento porque numa cidade que está em formação as oportunidades se apresentam. Esse sentimento desperta o desejo de uma vida melhor, mais próspera, uma vida na qual se pudesse ter o melhor que o dinheiro possa comprar.

A cidade de Lucas do Rio Verde também colonizada da década de 1970, tem suas primeiras habitações erguidas como barracos de lona. Esse tipo abrigo provisório é utilizado pelos pioneiros² por vários meses, pois não havia material disponível para edificar as casas de madeira, embora a matéria prima fosse abundante na mata ciliar, não havia serraria para o beneficiamento da mesma. Os primeiros edifícios de uso comercial eram predominantemente edificados em madeira, atualmente se conserva ainda o local onde funcionou o primeiro hospital e a sede do Incra, ambos com telhados de duas águas, que remetem hoje à uma estética tipicamente residencial, por sua linguagem arquitetônica rudimentar.

Logo que chegamos nós moramos seis meses em baixo de uma barraca de lona, depois fizemos um barraco, que era do meu sogro, onde moramos por dois anos. Mais tarde, depois desses dois anos, construí a casa de madeira no lugar que moro hoje, e fui buscar a madeira em Carmem, porque não tinha serraria em Lucas. A cobertura da casa veio de São Miguel do Oeste, porque também não havia materiais de construção aqui [...] Eu mandei vim os vidros da minha casa, porque eu fiquei três anos sem vidro, sabe da onde que mandei vim os vidros? Eles vieram de Jundiá, São Paulo. De um homem

² Os pioneiros são sujeitos sociais construídos nas experiências históricas, tensões e disputas entre os grupos sociais no processo de colonização. Constituem-se nesse processo como um grupo social e político sobre o qual se problematiza o processo de formação de memórias coletivas e de identidade cultural (ANDRADE, 2009, p. 10)

que estava trabalhando numa fazenda, montando um barracão, ele me trouxe os vidros, um médico de lá. Não tinha vidro aqui, não tinha nada. (SILVA, 2010, p.27).

O ritmo de crescimento de Lucas do Rio Verde é bastante intenso, fortalecido pelo agronegócio que movimenta a economia local, é considerada a 4º cidade com maior PIB do estado. Possui um traçado urbano bem organizado, a arquitetura de linguagem contemporânea domina a paisagem, possui vários espaços públicos equipados para atender a comunidade com práticas de lazer e entretenimento. Vários edifícios em madeira em sua grande maioria residenciais, concebidos durante a colonização ainda resistem em uso, e em bom estado de conservação, quase em sua totalidade sendo habitados pelos próprios pioneiros ou familiares. Ao passo que a cidade se expande, uma nova arquitetura que incorpora elementos de linguagem arquitetônica contemporânea vão tomando conta do cenário, com um novo caráter estético, novos materiais, revestimentos e elementos que as novas técnicas construtivas proporcionam, substituindo edifícios que foram singelamente construídos durante a ocupação dos colonos.

É válido refletir que os processos que envolvem o desenvolvimento econômico parecem conjecturar-se na cultura patrimonial e nos fatores de identidade. Municípios que apresentaram acelerado processo de crescimento do seu perímetro urbano se viram na mesma velocidade alterando e reconfigurando sua paisagem edificada constantemente. E nesse sentido que se observa uma discreta não afetividade com aquilo que fora pioneiramente erigido, tem-se então uma intensa ação de transfiguração dos elementos que compõem a paisagem urbana, que tangem não apenas o espaço coletivo, mas conjunto de edifícios que resultam nessa tal paisagem.

No contexto dessas cidades cujo processo de ocupação se deu entre as décadas de 1960 à 1980, observa-se atualmente uma dificuldade dos indivíduos interagirem com os bens culturais da história da colonização, onde embora essa arquitetura se trate de lugares de memória, a ausência de esforços que promovam a educação e o conhecimento dessa história, faz com que esse indivíduo não se reconheça nela.

Segundo Pacheco (2010, p.145), um conjunto de objetos culturais, materiais e imateriais só passa a constituir-se como patrimônio histórico das comunidades quando é reconhecido pelo sujeito que o incorpora à sua experiência. Promover a interação da

comunidade com os bens culturais, com sua história e seus registros é oferecer a possibilidade ao indivíduo de incorporar conhecimentos a suas experiências cotidianas.

No entanto, se tudo que foi concebido desde a modernidade, for sempre considerado efêmero e temporário, e a medida que o tempo passa, for sempre substituído por algo novo, o testemunho histórico expressado na cultura material não se torna objeto de formação da memória coletiva. Nesse período da pós-modernidade a sociedade se ambienta num espaço de contradições e ambiguidades, as culturas se hibridam com velocidade ao passo que se confluem com outras. Temos um cenário delicado na delimitação do pensamento histórico. A identidade coletiva se transfigura com facilidade. Os indivíduos se identificam cada vez menos com seus contextos histórico-culturais.

Memórias do fluxo migratório mato-grossense: uma reflexão para o futuro

Trazendo essa reflexão para o contexto da história da colonização mato-grossense no período da expansão da fronteira agrícola a partir de 1970, remetemos a relevância de ações educativas na busca da identidade histórica fixadas nos bens culturais, nesse caso, a arquitetura das edificações de madeiras, como memória do processo de ocupação desses territórios, e como objeto da cultura imaterial tangida na prática e técnica construtiva vernacular, aderida e amplamente reproduzida pelos pioneiros.

Considerando Pacheco (2010, p.145), partindo do pressuposto de se reconhecer como narrativa legítima do passado de um grupo social, a memória coletiva atua como elemento constituinte de uma identidade social. Nesse momento, a memória para além de lembrança de um passado que já se foi apontada para as potencialidades de um futuro que se deseja construir.

Salvaguardar a memória das casas de madeira como objeto de testemunho histórico da colonização de muitas cidades mato-grossenses, bem como sua própria técnica construtiva como elemento da cultura imaterial, trata-se de um desafio que permeia campos de conflito.

BIBLIOGRAFIA

ADRIÃO, João Mário de Arruda. Habitação de interesse social em madeira: conjunto habitacional no bairro Pedra 90 após 14 anos de uso. Universidade do Estado de Mato Grosso, 2012.

ANDRADE, Alex Sandre Marques. O discurso do pioneirismo e suas representações: Tangará da Serra, MT (1976 - 1997). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul.

BARROZO, J.C. Políticas de Colonização: as políticas públicas para a Amazônia e o Centro-Oeste. In: BARROZO, J. C. (Org.). Mato Grosso: do sonho à utopia da terra (15-26). Cuiabá: EdUFMT/Carlini&Caniato Editorial, 2008.

BRASIL. Presidência da República. Metas e bases para a ação de governo. Brasília, 1970.

HARTAMNN, Robson Jr. Atrativos Turísticos da Cidade de Lucas do Rio Verde. Turismo e Meio Ambiente, Brasil, 16 nov. Disponível em: <<https://turismosemfronteiras.wordpress.com/2009/11/16/atrativos-da-cidade-de-lucas-do-rio-verdemt-2/>>. Acesso em: 24 de nov. 2015.

IPHAN. Educação Patrimonial: histórico, conceitos e processos. Coordenação de Educação Patrimonial (Ceduc) Governo Federal, 2014.

JENKINS, Keith. A História Repensada. São Paulo: Editora Contexto, 2001

KEMPA, Jonas Lemuel. Brasnorte, 1979-1982: Um outro olhar e uma história possível Tangará da Serra, Universidade do Estado de Mato Grosso, 2007.

MATTOZZI, Ivo. Currículo de história e educação para o patrimônio. Educação em Revista. Belo Horizonte, n. 47, p. 135-155, jun. 2008

MORBACH, Marise Rocha. Publicidade no período Médici: os efeitos da propaganda de ocupação da Amazônia. XXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Campo Grande, 2001.

OLIVEIRA, Carlos Edinei de. História de Tangará da Serra. Gráfica e Editora Sanches Ltda, 2012.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. Educação, memória e patrimônio: ações educativas em museu e o ensino de história. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 30, nº 60, 2010.

PICHININ, Érica do Santos. O contexto do avanço da fronteira agrícola na Amazônia: algumas reflexões sobre desenvolvimento regional no norte de Mato Grosso/MT. Revista Formação, nº14 volume 2 – p. 70-79. Disponível em <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/viewDownloadInterstitial/647/661>> Acesso em: 10 de dezembro de 2015.

ROCHA, Thaíse Sá Freire. Refletindo sobre memória, identidade e patrimônio: as contribuições do programa de Educação Patrimonial do MAEA-UFJF. XVIII Encontro Regional – ANPUH-MG, Mariana, 2012.

SILVA, Fernanda Celina Nicoli da. A história do cotidiano de Lucas do Rio Verde do início de sua colonização à sua emancipação. Ijuí, UNIJUÍ, 2010.

GERMINARI, Geyso D., Barbosa, Marcos Roberto, A cognição histórica situada: expectativas curriculares e metodologias de ensino. Antíteses [online] 2012, 5 (Julio-Diciembre): [Date of reference: 28 / noviembre / 2015] Available in:<<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=193325796012>> ISSN 1984-3356